CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

MAURO NATIVIDADE /DIVULGAÇÃO CAMPANHA TARCÍSIO DE FREITAS

Peça irregular mostrava mensagem "Pela Educação, Tarcísio Não!

TRE manda sindicato retirar outdoor contra Tarcísio em Diadema

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que a Udemo, sindicato de especialistas de educação do magistério estadual, retire em até 24 horas um outdoor instalado no Centro de Diadema com a mensagem "Pela Educação, Tarcísio Não!". A liminar foi concedida pela juíza auxiliar Claudia Fonseca Fanucchi após representação da coligação Coragem para Seguir Avançando, que apoia a candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao governo paulista. A magistrada considerou, em análise preliminar, que a utilização de outdoor para mensagem dirigida a candidato pode contrariar a legislação eleitoral. A Udemo também deverá preservar documentos relacionados à peça e comprovar a retirada. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R$ 5 mil, limitada inicialmente a R$ 150 mil. O sindicato terá dois dias para apresentar defesa.

E manda retirar propaganda de Haddad

O TRE-SP também determinou que os candidatos Fernando Haddad(PT), Simone Tebet(PSB) e Jorge Rodrigo Valverde Santana(PT) retirem, em até 24 horas, propaganda eleitoral instalada na fachada de um imóvel em Itaquaquecetuba. A juíza Claudia Fonseca Fanucchi considerou, em análise preliminar, que uma faixa de grandes proporções e uma pintura em porta de aço podem produzir efeito semelhante ao de outdoor. O descumprimento prevê multa diária de R$ 5 mil, limitada inicialmente a R$ 150 mil. A decisão ainda não julga o mérito.

DIOGO ZACARIAS

Propaganda estava na fachada de imóvel em Itaquaquecetuba

Último debate entre Tarcísio e Haddad

Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT) fizeram, na terça-feira (29), na TV Globo, o último debate antes do primeiro turno para o governo de São Paulo. O confronto teve discussões sobre segurança pública, saúde, transportes, privatizações e Sabesp. Os candidatos também nacionalizaram o embate, com referências aos governos Lula e Bolsonaro. Na segurança, trocaram acusações sobre aliados investigados por supostas ligações com o PCC e discutiram a atuação do crime organizado no estado.

Mais um candidato do NOVO desiste das eleições

Após Salles(Novo) desistir de concorrer ao Senado, o deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo) decidiu não disputar as eleições de 2026 e deixará a Alesp ao fim da atual legislatura. O parlamentar afirmou que pretende concentrar sua atuação na formação de opinião pública e no debate econômico, fora da disputa eleitoral. Siqueira foi eleito em 2022 para seu primeiro mandato na Assembleia paulista.

Quaest para Governo

Pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (29) mostra Tarcísio de Freitas (Republicanos) com 44% das intenções de voto para o governo de São Paulo, ante 24% de Fernando Haddad (PT). Outros quatro candidatos têm 1% cada. Indecisos são 16% e brancos e nulos, 12%. Foram ouvidas 1.800 pessoas, entre 25 e 28 de setembro. A margem de erro é de 2 pontos.

Quaest para o Senado

Para o Senado, a Quaest aponta Guilherme Derrite (PP) com 18%, seguido por Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB), ambas com 15%, e André do Prado (PL), com 12%. Geraldo Rufino (Podemos) registra 4% e Soninha Francine (Cidadania), 3%. Ricardo Salles (Novo), que desistiu da disputa, também tem 3%. Indecisos somam 15% e brancos e nulos, 16%.

Cancelamento de voos

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou requerimento pedindo ao Ministério de Portos e Aeroportos informações sobre a falha no sinal de GPS em aeronaves Embraer E195-E2. O problema levou ao cancelamento de mais de 80 voos da Azul e afetou 8 mil passageiros em 22/setembro. Ela cobra esclarecimentos da ANAC sobre causas e providências.

Projetos habitacionais

O Graprohab, grupo do Governo de SP que analisa e aprova projetos habitacionais, avaliou 33 propostas na reunião de setembro. Foram certificados empreendimentos em São Paulo, Ribeirão Preto, Porto Feliz e Fernandópolis. Outros em Ribeirão Preto, Bragança Paulista e Santa Cruz da Conceição tiveram parecer contrário da Secretaria de Habitação.

Linha de ônibus

A deputada estadual Ana Perugini (PT) apresentou requerimento na Alesp cobrando explicações sobre a falta de circulação da Linha Intermunicipal 695, entre Campinas e Hortolândia, nos dias 28 e 29 de setembro. Ela questiona se houve suspensão do serviço devido a possível dívida do Estado, estimada em R$ 1,5 milhão, com a empresa responsável pela operação.

Indústria Paulista

As vendas reais da indústria paulista recuaram 2,2% em agosto ante julho, segundo levantamento da Fiesp. A queda praticamente anulou a alta de 2,3% registrada no mês anterior. No acumulado de janeiro a agosto, as vendas ainda avançam 0,4%. Já as horas trabalhadas na produção caíram 2,5% no período, enquanto os salários reais médios subiram 2,2%.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP

Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo

Dívida do Estado de SP chega a R$ 315,9 bi de janeiro a agosto

Gastos com pessoal somaram R$ 118 bilhões no período, abaixo do permitido

Por **Andre Souza**

Entre janeiro e agosto de 2026, o Governo de São Paulo registrou uma dívida de R$ 315,9 bilhões. O valor considera as obrigações financeiras do Estado, descontados recursos disponíveis, como valores em caixa. No relatório fiscal, esse indicador recebe o nome de "dívida consolidada líquida".

O montante equivale a 113,03% da receita usada como referência para calcular o limite de endividamento estadual. Pelas regras definidas pelo Senado Federal, esse percentual pode chegar a 200%. Em valores, o teto indicado no relatório é de R$ 558,9 bilhões.

A receita que serve de referência para acompanhar as contas públicas ficou em R$ 279,7 bilhões no período. Tecnicamente chamada de Receita Corrente Líquida (RCL), ela reúne as principais receitas do governo, com os descontos previstos na legislação. O indicador é usado para calcular limites de gastos e endividamento.

GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal somaram R$ 118 bilhões, o equivalente a 42,28% da receita ajustada utilizada nesse cálculo, de R$ 279,2 bilhões. O percentual ficou abaixo dos patamares previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O primeiro é o limite de alerta, de 44,10%. Depois vem o limite prudencial, de 46,55%. Já o teto para as despesas com pessoal do Executivo paulista é de 49%, equivalente a R$ 136,8 bilhões. Na comparação com esse teto, a despesa registrada ficou R$ 18,8 bilhões abaixo do valor máximo.

FINANCIAMENTOS

O relatório também mostra que os empréstimos e financiamentos contratados pelo Estado, chamados de operações de crédito, somaram R$ 4,3 bilhões até agosto. O valor corresponde a 1,54% da receita usada para esse cálculo, enquanto o limite permitido é de 16%.

As garantias concedidas pelo governo chegaram a R$ 5,2 bilhões, ou 1,88% da receita ajustada. Elas representam compromissos assumidos pelo Estado para garantir determinadas obrigações financeiras. O limite previsto é de 32%.

Os números constam do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo de São Paulo referente ao segundo quadrimestre de 2026. O demonstrativo, com dados acumulados até agosto, tem como fonte o Siafem-SP e foi fechado em 25 de setembro. O relatório foi publicado no Diário Oficial do Estado nesta quarta-feira(30).